

2007/03/23

O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUTIVA (2ª PARTE)

Eduardo Silvestre dos Santos

2ª Parte: A Guerra Fria e a “Nova ordem Mundial”

A Geopolítica da Guerra Fria, ou Geopolítica Ideológica

Após a 2.ª Guerra Mundial, a imaginação geopolítica centrou-se muito mais explicitamente à volta das concepções em competição em como organizar melhor a política internacional. Os valores, mitos e frases feitas retiradas das experiências dos dois Estados vitoriosos, definiram e determinaram os termos da imaginação geopolítica do período.

De 1943 a 1947, sob a ditadura de Estaline, a URSS construiu uma economia militar formidável que requeria como premissa a existência de uma ameaça externa de grande envergadura. Do lado americano, o governo demonstrou querer patrocinar, a partir da mesma altura, uma ordem internacional de liberalismo económico, no qual as despesas militares forneceriam um aparelho de protecção para o comércio internacional em expansão. No final, as condições domésticas de cada um dos Estados minaram o estatuto global de cada um. Nos anos 1980's a economia soviética não conseguiu fornecer quer o equipamento militar, quer os padrões melhores de vida para a população, à medida que o Partido Comunista e a sua liderança mergulhavam na complacência. Para os EUA, a internacionalização teve sucesso.

O conflito global da Guerra Fria serviu para trazer Estados importantes como a Alemanha e o Japão para o lado dos EUA e para definir duas esferas de influência geopolítica, nas quais cada um aceitava o domínio do outro. Os EUA e a URSS permaneceram agarrados a filosofias anti-colonialistas, mesmo estando empenhados numa competição imperial. Tinham de tentar ganhar amigos e influência, para alargar as suas esferas de influência.

Neste cenário, a Geopolítica ideológica desenvolveu as características principais seguintes: um conflito central sistémico e ideológico sobre a organização político-económica; três mundos de desenvolvimento nos quais as esferas de influência americana e soviética tentavam expandir-se num “terceiro mundo” de antigas colónias e estados “não alinhados”; uma homogeneização do espaço global em “amigo” e “ameaçador”, nos quais os modelos de comunismo e capitalismo liberal democrático reinavam livres da contingência geográfica; e a naturalização do conflito ideológico por conceitos como contenção, efeitos de domínio e estabilidade hegemónica.

Mas as suspeitas mútuas entre americanos e soviéticos tinham começado na revolução bolchevique de 1917. Ambos os Estados possuíam peculiaridades semelhantes. Ambos tinham nascido de revoluções explicitamente ideológicas. Ambas se reclamavam de mandatos populares que se sobrepunham a etnias, classes ou interesses regionais. Ambos tinham sido palco de experiências político-económicas inovadoras num mundo em que o cinismo é desenfreado.

Em Março de 1947, o presidente Truman assinalou um marco importante na imaginação geopolítica da Guerra Fria ao afirmar, num discurso ao Congresso, que “se estava a traçar uma linha contra o comunismo”, referindo-se aos “povos livres que resistem tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas”.

A Guerra Fria foi mais um jogo cuidadosamente controlado com regras aceites por ambos os lados, do que um confronto onde existiriam vencedores e vencidos. O espaço geopolítico foi concebido em termos de uma repartição do mundo em três partes, que se baseava na velha distinção entre tradicional e moderno e numa nova, entre ideológico e livre. Em princípio, o mundo moderno “desenvolvido” distinguia-se do mundo tradicional “subdesenvolvido”, o “terceiro mundo”, uma vasta área geográfica ainda não comprometida com uma das partes da modernidade. Numa segunda divisão, o mundo moderno separava-se em duas partes: uma não ideológica (capitalista) e livre, e outra ideológica (socialista). Locais reais tornaram-se significativos quando colocados numa das três categorias geopolíticas, não importando as suas localizações ou características. Esta divisão tripartida baseava-se numa combinação de atributos daquelas distinções.

Toda a história americana é interpretada em muitos textos como a realização de um “Destino Claro” em que os americanos eram um povo escolhido, destinado a expandir-se em território, riqueza e influência. De modo idêntico, no caso soviético, os russos viam-se há muito como portadores da luz à escuridão cultural da Sibéria e da Ásia Central. A proximidade da fronteira colonial permitiu a ambos pensar que se estavam a envolver em algo diferente do grosseiro imperialismo europeu.

Outro incentivo para uma bipolarização clara do espaço global era a posse de grande número de armas nucleares por ambas as superpotências.

Alexander de Seversky (1894-1974) nasceu na Rússia e combateu no Báltico como aviador da Aviação Naval Russa na 1ª Guerra Mundial. Após a revolução de Outubro de 1917, refugiou-se nos EUA, formou-se em engenharia aeronáutica, fundou uma empresa de construção de aviões em 1931, mas só publicou as obras que contêm as suas ideias a partir de 1942 (“A vitória pelo Poder Aéreo”). Em 1939 estava na Europa e tirou algumas conclusões sobre as potencialidades do poder aéreo e da sua acção estratégica. Após a 2ª Guerra Mundial e com o crescimento do poderio da União Soviética, concebeu uma teoria geoestratégica com base no poder aéreo estratégico de longo alcance, “transoceânico e inter-hemisférico”.

A sua concepção pode visualizar-se numa projecção azimutal equidistante com centro no Pólo Norte. O mundo apresenta-se dividido em duas grandes áreas de domínio aéreo: o alcance da área de domínio soviético cobre toda a Eurásia, quase toda a África e a América do Norte; o alcance da área dos EUA cobre todo o continente americano, o Norte de África, a Europa e quase toda a Ásia. Estas áreas sobrepõem-se numa “área de decisão”, onde se encontram os *heartlands* industriais das duas potências e na qual o “Mediterrâneo Ártico” e o Estreito de Bering ocupam o centro crítico. Na sua visão, era vital para os EUA manter a superioridade aérea na área mencionada.[1]

Rejeitava os princípios defendidos por Douhet e por Mitchell para o poder aéreo, que defendiam alcançar a superioridade aérea bombardeando os aeródromos e as fábricas, não se envolvendo na batalha aérea. Esta, para Seversky, deveria ser decidida o mais cedo possível. Algumas das suas posições não foram validadas pela experiência futura, nomeadamente não ter dado importância às bases intermédias em locais distantes da sua base continental e, apesar de ser engenheiro, não ter contemplado a evolução tecnológica dos sistemas de armas.

Após a 2.ª Guerra Mundial, a geopolítica americana desenvolveu-se sob a égide de Nicholas Spykman, professor na Universidade de Yale, considerado como um determinista ambiental. A sua aproximação tentou criar uma discussão sobre a segurança e a política externa do país com base na ideologia realista, para combater o idealismo fracassado do período entre as guerras.[2] Para ele, quer o poder marítimo, quer o terrestre, eram importantes. Acreditava que o verdadeiro potencial da Eurásia estava no “Crescente Interior” de Mackinder (Europa Ocidental, Médio Oriente, Ásia do Sul e do Sueste, e Extremo Oriente).[3] Aceitava a oposição entre poder terrestre e poder marítimo e o conceito de *Heartland* já introduzido por Mackinder, e defendia que a luta pela hegemonia mundial se decidia numa região intermédia entre o *Heartland* e os mares circundantes, denominada *Rimland* (orla continental), também designada por “área de decisão”, “uma região intermédia entre o *Heartland* e os mares circundantes, que funcionaria como uma zona amortecedora de conflitos entre o poder terrestre e o poder naval”, onde a potência continental teria de ser contida, caso pretendesse expandir-se para obter também o domínio do mar. Era nesta área, que a potência que dominasse o *Heartland* se teria de expandir, caso pretendesse obter o domínio mundial.[4]

A fórmula de Mackinder assumia para Spykman uma orientação diferente, materializando a política de contenção americana, e lançando as bases para as teses defendidas posteriormente por Kennan[5], que irá levar à constituição não só da OTAN, como de outras alianças – “quem controlar o *Rimland* domina a Eurásia; quem dominar a Eurásia, controla os destinos do mundo”. Defendia a projecção dos EUA para o Atlântico e para o Pacífico e o dimensionamento da sua capacidade estratégica para intervir activamente no *Rimland*, que define em termos geográficos de forma semelhante ao Crescente Interior de Mackinder.

Nicholas Spykman argumentou em 1944 que a orla periférica da Eurásia detinha a chave para o poder global. As suas teorias são consideradas como a base das políticas formuladas durante a Guerra Fria. Estas teorias diferiam nalguns pontos da teoria do *Heartland* de Mackinder, a que adicionou algumas das ideias e dos conceitos de Mahan. Spykman afirmou que o *Rimland* da Eurásia e as áreas costeiras, e não o *Heartland*, eram a chave para o controlo da “ilha mundial”.

O antagonismo entre os EUA e a URSS desenvolveu-se de tal modo que dividiu o continente europeu em dois. O raciocínio geopolítico que levou a essa situação foi primeiramente definido por George Kennan, “encarregado de negócios” dos EUA em Moscovo em 1946. No seu memorável “longo telegrama”, ele descrevia a URSS como uma potência histórica e geograficamente necessitada de constantemente se expandir. Esta era, segundo ele, a essência da URSS e nada podia fazer-se para o modificar e não se podiam fazer acordos com aquele país. As fontes fundamentais da conduta soviética eram internas e determinadas pela história e geografia russas, “de séculos de batalhas obscuras entre tribos nómadas em vastas planícies desprotegidas”. [6] As suas opiniões tiveram um efeito importante nas escolhas políticas da administração Truman.

A política desta administração para com a URSS tornou-se mais inamistosa à medida que aquela tentava manipular a política interna de vários países europeus a seu favor. A “Doutrina Truman” foi a primeira declaração pública da geopolítica americana da Guerra Fria: “Acredito que a política dos EUA deve apoiar os povos livres que resistem tentativas de subjugação por minorias armadas ou por pressões externas. A nossa ajuda deve ser primariamente económica e financeira, essenciais para assegurar a estabilidade do processo político”. [7]

Esta retórica, que partia do local para o geral, do particular para o absoluto, tornou-se característica da geopolítica americana da Guerra Fria. Tal como os geopolíticos imperialistas, adoptou-se e construiu-se uma visão abstracta do “mundo livre” e o “mundo escravizado”, um mapa da política internacional a branco e preto. Especificidades geográficas e a complexidade de conflitos particulares não eram importantes. O que era importante era a “verdade mais alta” da luta entre a liberdade e o totalitarismo em todo o mundo. Esta postura personifica a atitude de longa data dos mitos americanos de destino expresso e excepcionalismo nacional.

O contraste entre os discursos geopolíticos da Guerra Fria era entre um modo de vida baseado na vontade da maioria, instituições livres, governo representativo, eleições livres, garantia de liberdades individuais e liberdade de expressão, e um outro baseado na vontade de uma minoria imposta pela força a uma maioria. Três conceitos geopolíticos tiveram importância relevante na habituação da compreensão da política global para americanos e outros: contenção, efeitos de dominó e estabilidade hegemónica.

A contenção, enunciada primeiramente por Kennan, referia-se ao isolamento económico e militar da URSS junto às suas fronteiras de influência, um pouco como o modelo da *heartland* de Mackinder. Mas o âmbito da contenção foi sendo alargado, através da chamada “teoria ou efeito de dominó”, que argumentava que quanto mais cedo uma ameaça potencial à situação global fosse enfrentada, onde quer que ela ocorresse, menos provável seria que se alargasse e propagasse (i.e. Grécia, Coreia, Vietname, América Central, etc.). A teoria do dominó é na realidade uma metáfora de contágio ou reacção em cadeia, tal como a da maçã podre no cesto da fruta. [8]

No final da década de 1970's, Colin S. Gray, americano de origem britânica, baseou-se nas teorias de Mackinder e Spykman e introduziu-lhes as reflexões inerentes ao factor nuclear e às inovações tecnológicas dos mísseis e da utilização do espaço. Defendia que a realidade nuclear não nega os princípios que é o controlo da “ilha mundial” que permite o controlo do mundo e que é no *rimland* que esse controlo se disputa. [9]

“Congelada” no mapa durante 40 anos, a Guerra Fria descrevia um sistema geopolítico com duas ordens, cada uma caracterizada por uma organização particular do espaço, interno, aliado e do “terceiro mundo”. A Europa era o principal “teatro de operações”, onde os dois competidores se enfrentavam e o local de maior militarização.

A URSS envolveu-se militarmente na sua zona geopolítica, para enfrentar revoltas populares na Hungria, na Checoslováquia, na Polónia e no Afeganistão. A justificação para esta atitude ficou conhecida como a “doutrina Brejnev” (1968), onde se articulavam os limites dentro dos quais os Estados-satélite comunistas da Europa Oriental podiam operar. Qualquer decisão desses Estados que pudesse por em causa o socialismo nesse país, os interesses fundamentais do socialismo noutros países, ou o movimento comunista a nível mundial, justificavam a intervenção militar soviética, estando o exército vermelho apenas a ajudar o povo a exercer a sua autodeterminação num sentido ideológica e geopoliticamente correcto. [10] “Cada Partido Comunista é responsável não só perante o seu povo, mas também perante todos os países socialistas e o inteiro movimento comunista. (...) A soberania individual de países socialistas não se pode sobrepor aos interesses do socialismo e do movimento revolucionário mundiais. (...) Cada Partido Comunista é livre de aplicar os princípios do Marxismo-Leninismo e do socialismo no seu país, mas não se pode desviar desses princípios” [11]

O discurso de Brejnev de 18 de Janeiro de 1977 marcou a adopção formal do conceito de dissuasão na doutrina estratégica soviética. A partir de 1979, multiplicaram-se as referências, não só à dissuasão, mas também à ideia do absurdo de uma guerra nuclear e à impossibilidade de obter uma vitória numa tal guerra. Em 1981, Brejnev afirmou que “o equilíbrio estratégico-militar entre a URSS e os EUA, entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia, servia objectivamente a manutenção da paz no planeta”.

Na década de 80's, tinha surgido uma nova geração de burocratas soviéticos, ansiosos por salvar o sistema comunista da estagnação, da corrupção e da hiper-extensão imperial (por demais evidente na campanha militar desastrosa no Afeganistão). O nome mais sonante dessa geração foi Mikhail Gorbachev. Ao declarar que “nenhum país detém o monopólio da verdade” e que “a única maneira

de alcançar a segurança é através de decisões políticas e do desarmamento”, assinalou o fim da “doutrina Brejnev” como o princípio geopolítico orientador das relações entre a URSS e os regimes comunistas da Europa Oriental.[12] A sua chegada ao poder, em 1985, apressou a mudança das atitudes. Para os líderes ocidentais, a vontade soviética de renunciar à “Doutrina Brejnev” e de desistir da “luta anti-imperialista” no Terceiro Mundo, eram sinais evidentes de que a *perestroika* era um facto real.

Por seu lado, os EUA envolveram-se em guerras civis na Coreia e no Vietname, bem longe do seu território, e intervieram nos negócios internos de muitos estados (Irão em 1953, Guatemala em 1956, Chile em 1973, etc.). Apesar de, a partir de determinada altura, os EUA terem reconhecido que ambos os países tinham a capacidade efectiva de destruir o outro – a “destruição mútua assegurada”, e ter promovido uma doutrina de dissuasão nuclear e a negociação de limitação de armamentos com a URSS, as administrações continuaram a cruzada contra os governos “esquerdistas” (pró-soviéticos) do “terceiro mundo”. Ao mesmo tempo, porém, iniciaram a colocação na Europa das chamadas armas nucleares “limitadas” (mísseis *Pershing-II* e de cruzeiro), em contraposição aos SS-20 soviéticos.

E depois da Geopolítica Ideológica?

Por um breve período, o fim da Guerra Fria pareceu acordar a velha esperança de uma sociedade mundial nova e democrática, mais liberta de violência do que as anteriores. Em vez disso, contudo, a “nova ordem mundial” levou a um aumento nos conflitos armados. As guerras no Golfo, na Bósnia, no Kosovo e na Tchetchénia soltaram um grau de violência que se julgava ultrapassada após a 2.^a Guerra Mundial.

Ao mesmo tempo, as sociedades pós-modernas sofreram mudanças sócio-económicas e políticas de grande alcance, ao nível local e regional. As consequências sociais e ecológicas da modernidade levaram ao desenvolvimento de uma “sociedade de risco”, que causou um regresso da incerteza. Mesmo as nações mais prósperas têm de fazer face desenvolvimentos como a crise institucional e financeira do Estado, problemas ambientais, liberalização económica e aumento da desigualdade social.

Estes desenvolvimentos levaram, nalguns casos, a mudanças radicais no equilíbrio tradicional de poder geopolítico. Para lidar correctamente com esta nova organização política e social do espaço, houve que repensar e expandir os conceitos tradicionais. À escala internacional, tornou-se impossível compreender e explicar o que se estava a passar no mundo apenas à luz da confrontação entre duas ideologias fortes. A primazia tradicional do Estado-Nação foi desafiada pelas redes e instituições globalizadas, assim como por particularidades regionais.[13]

A acentuada “compressão espaço-tempo” forjada pelas telecomunicações modernas e pela globalização dos capitais, das ideologias e da cultura, uniram o destino das várias regiões mais intimamente, mas também abriram uma série de oportunidades para novos tipos de subjectividades e novas formas de solidariedade política entre essas regiões.

A Geopolítica da “nova ordem mundial”

Definida como uma relação de competição entre duas superpotências, a Guerra Fria terminou com um dos competidores a sucumbir sob o peso das suas próprias contradições. Porém, nunca foi simplesmente uma relação antagónica, mas sim um sistema de controlo geopolítico com um complexo sistema de instituições estatais, forças militares, interesses económicos, coligações políticas, valores culturais e intelectuais da governação em ambos os lados. À medida que o sistema soviético começou a desintegrar-se, o conjunto ocidental de ideologia, instituições e intelectuais mantiveram-se presumivelmente coerentes.

O fim da Guerra Fria foi sentida como uma vertigem geopolítica, um estado de confusão em que as velhas panaceias eram redundantes e as novas ainda não tinham sido inventadas, publicadas e aprovadas. O grande problema foi que ninguém, no Ocidente, tinha previsto o colapso do comunismo, a implosão da URSS e o fim da Guerra Fria. O colapso do império soviético revelou, não só o falhanço do comunismo, mas também o falhanço intelectual das instituições do Ocidente peritas em Geopolítica.

O fim da ordem bipolar pôs em evidência as características da “nova ordem mundial”, nomeadamente: a existência de uma única superpotência; a tendência para a criação de grandes blocos económicos e a decorrente competição entre eles; a internacionalização dos mercados e do capital; o aparecimento de novos confrontos ideológicos, baseados já não em doutrinas político-sociais, mas em extremismos nacionalistas, étnicos e religiosos; novas atitudes e princípios na política internacional, como a soberania limitada, o dever de ingerência, os direitos humanos e a

protecção do ambiente; por fim, uma opção unilateralista do governo dos EUA nas decisões sobre os grandes temas globais, colocando em segundo plano os acordos e compromissos internacionais anteriormente assumidos.[14]

Aconselhando sobre os perigos da euforia, a administração Bush (pai) proclamou a “incerteza”, a “imprevisibilidade”, a “instabilidade” e o “caos” como as novas ameaças, e encontrou a razão e a racional para definir a “nova ordem mundial”, com os EUA no centro, com a “responsabilidade sem igual” de fazer o “trabalho sujo” de trazer a liberdade ao resto do globo.

O excepcionalismo nacional e o triunfalismo que caracterizaram a declaração de Bush de uma “nova ordem mundial” durante a Guerra do Golfo de 1991, eram já evidentes no verão de 1989 na cultura estratégica e política dos EUA. Um exemplo gritante foi o ensaio “O fim da História?”, de Francis Fukuyama, e a admiração e o entusiasmo que ele recebeu de muitos sectores da comunicação social ocidental. Este artigo foi apresentado como uma declaração filosófica importante, principalmente para proeminentes intelectuais neoconservadores. O “fim da História” era aquele ponto em que a humanidade tinha conseguido as verdades universais expressas primeiramente pela Revolução Francesa, os princípios da liberdade e da igualdade. O “estado homogéneo universal” tinha alcançado o pináculo da evolução histórica. Era homogéneo porque todas as contradições anteriores, como a divisão geopolítica ou em classes, estavam resolvidas e todas as necessidades humanas estavam satisfeitas. O que restava era primariamente a actividade económica.

O artigo de Fukuyama foi importante porque ilustrou uma tentativa precoce dos neoconservadores para refazer o discurso da Guerra Fria à luz do colapso do comunismo na Europa. Dado que tinha atingido o “fim da História”, o Ocidente era “pós-histórico”, ao passo que o resto do mundo estava ainda a lutar no “histórico”. As ideias de Fukuyama tinham contudo, na opinião de O’Tuathail, duas falhas importantes. Em primeiro lugar, era um esquema fortemente etnocêntrico que não reconhecia os problemas sérios que afectavam os estados ocidentais. Classificar certos estados como “liberais” não diz grande coisa sobre a estrutura geográfica específica de estados e as contradições das suas versões históricas particulares de liberalismo, nacionalismo e militarismo; os estados ocidentais estão longe de ser homogéneos em termos de liberalismo. Em segundo lugar, a suposição que o declínio da ideologia marxista-leninista e a suposta expansão do liberalismo levará à diminuição dos conflitos internacionais entre os estados, é indevidamente optimista. A sua conclusão que a vida internacional para aqueles que alcançaram o “fim da História” está mais preocupada com a economia do que com a política e com a estratégia, vai de encontro à suposição falaciosa que as democracias capitalistas são pacíficas e não belicosas.[15]

De acordo com Fukuyama sobre a importância da economia na “nova ordem mundial”, mas discordando com o seu raciocínio e com as suas conclusões, esteve Edward Luttwak um ano mais tarde. Argumentava que era visível que todos defendiam que os métodos de comércio estavam a destonar os métodos militares na política mundial. Porém, como consequência quer da globalização da economia americana, quer da modernização militar levada a cabo pela administração Reagan, no início da década de 1990’s, os EUA tiveram um orçamento recorde e um défice comercial.

Examinada mais atentamente, a argumentação de Luttwak era meramente uma extensão dos pressupostos essencialmente realistas que tinham legitimado e alicerçado a corrida armamentista da Guerra Fria. Tal como a oposição de Fukuyama entre economia e política/estratégia, a oposição de Luttwak entre geopolítica e geo-economia caracterizava mal uma realidade mais complexa. Por um lado, a Geopolítica da “guerra fria” também englobava a geo-economia. Por outro, o fim da “guerra fria” não marcou, por si só, o fim da Geopolítica; apenas da ideológica. A globalização da economia americana e o poder crescente das empresas transnacionais não eram antagonizadas pelos líderes políticos dos EUA, mas sim activamente encorajadas por eles. Quer Reagan, quer Clinton, subscreviam o discurso do liberalismo transnacional (ou neoliberalismo), acreditando na extensão mundial dos princípios do comércio livre e da desregulamentação. Geopolítica e geo-economia não são conceitos opostos mas sim que se entrelaçam.

Alguns intelectuais neoconservadores, como Samuel Huntington, moldaram todo o mundo pós-Guerra Fria como uma guerra cultural entre diferentes grupos civilizacionais. Huntington escreveu sobre um “choque de civilizações” à escala mundial, que, no final, opunha “o Ocidente contra o resto”. Esta tese do “choque de civilizações” causou um enorme debate nos meios estratégicos americanos. Como outros intelectuais da governação estabelecida, Huntington tentou “civilizar” a turbulência e o caos da “nova (des)ordem mundial”, desenhando um mapa da política mundial que baseava o “Ocidente” à volta de valores conservadores, e redefinia novos inimigos contra quem se mobilizar (i.e. fundamentalistas islâmicos, imigrantes e multiculturalistas).

O acontecimento que marcou oficialmente o início da “nova ordem mundial” foi a invasão do Kuwait pelo Iraque. Em termos práticos, esta “nova ordem” para Bush era um mundo onde os EUA, aliados àqueles que os quisessem seguir, impusessem a ordem. Qualquer alteração à ordem geopolítica desfavorável aos EUA e aos “interesses do Ocidente”, eram consideradas agressões fora da lei que “não podiam ser aceites”. A “guerra do Golfo” foi a oportunidade perfeita para o complexo industrial militar americano se relegitimar e definir a situação fluida do pós-“guerra fria” como um mundo de “Estados-pária” e “fora-da-lei nucleares” (Iraque, Irão, Líbia, Síria, Coreia do Norte, etc.) que ameaçavam a segurança do Ocidente. Com a “guerra do Golfo” como relações públicas de grande impacto, o Pentágono e outras instituições foram capazes de justificar a nova doutrina como a sua nova postura pós- Guerra Fria. O argumento que as Forças Armadas dos EUA deviam manter uma capacidade de combater duas guerras regionais, pilar estratégico da sua defesa, era fundamental para a nova doutrina “pária”. O objectivo do padrão das “duas guerras” era conter os cortes na defesa, mais do que ameaças geopolíticas reais.

Sem uma superpotência como inimigo claro, e ajudada pela globalização da actividade económica, criou-se uma crise de significado e de coerência para o “Ocidente”. Adicionalmente, dentro da sociedade ocidental, vozes sobre o multiculturalismo, a defesa do ambiente, as perspectivas feministas e das minorias étnicas e raciais, começaram a desafiar as posições privilegiadas de quem tinha detido historicamente a autoridade. Para alguns neoconservadores, a tendência crescente das ideias do “multiculturalismo” – que desafiava os mitos excepcionalistas do Ocidente e a aplicação limitada dos seus princípios de liberdade e igualdade – ameaçavam *balcanizar* por dentro o “Ocidente” como identidade.

[1] Tosta, Octávio – “Teorias geopolíticas”, pp. 97-98.

[2] POLELLE, Mark R. – “Imagined hegemonies: Geopolitics and foreign policy in the twentieth century”, em history.rutgers.edu/graduate/ab95pole.htm, 2005-01-31.

[3] www.list.org/~doyle/theory.html, 2005-01-10.

[4] RAMALHO, José L. Pinto, obra citada, p. 37.

[5] HAGGMAN, Bertil – “Geopolitics, the United States, the Eurasian transcontinental bloc, and China”, em www.algonet.se/~jman/bertil/geous.html, 2005-01-17.

[6] KENNAN, George – “The sources of soviet conduct”, em “Foreign Affairs”, n.º 25, 1947, p. 576.

[7] TRUMAN, Harry – “The Truman Doctrine”, em “The geopolitics reader”, p. 59.

[8] AGNEW, John – obra citada, pp. 115-117.

[9] PEZARAT CORREIA, Pedro – obra citada, pp. 121-122.

[10] O’TUATHAIL, Gearóid – “Cold War geopolitics – Introduction”, em “The geopolitics reader”, Routledge, Londres, 1998, pp. 52-53.

[11] BREZHNEV, Leonid – “Soberania e a obrigação internacionalista dos países socialistas”, Pravda, 1968, citado em “The geopolitics reader”, pp. 74-75.

[12] WALKER, M. – “The cold war: A history”, Holt, New York, 1993, p. 290.

[13] REUBER, Paul – “Conflict studies and critical geopolitics – theoretical concepts and recent research in political geography”, em www.ru.nl/socgeo/html/files/geogviolence/ReuberGeoJournal.pdf, 2007-01-11.

[14] PEZARAT CORREIA, Pedro – obra citada, Volume II, pp. 71-72.

[15] O’TUATHAIL, Gearóid – “The geopolitics reader”, pp. 105-106.

56 TEXTOS RELACIONADOS:

2012/05/23

AS DECLARAÇÕES FINAIS DA CIMEIRA DE CHICAGO

Alexandre Reis Rodrigues

2012/05/05

A CIMEIRA DE CHICAGO E O RELACIONAMENTO TRANSATLÂNTICO

Alexandre Reis Rodrigues

2012/03/28

A DESPESA COM AS FORÇAS ARMADAS E A LINGUAGEM DOS NÚMEROS

João Pires Neves[1]

2012/03/24

A CIMEIRA DE CHICAGO: RUMO AO FUTURO

Pedro Santos Jorge[1]

2011/05/09

ESTUDOS SOBRE O FUTURO DO FENÓMENO DA GUERRA

João Nunes Vicente[1]

2011/01/17

A EVOLUÇÃO DA POSTURA ESTRATÉGICA DA NATO[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/11/07

As “NOVAS MISSÕES” DA NATO[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/09/24

O NOVO CONCEITO ESTRATÉGICO DA NATO. DUAS QUESTÕES POLÉMICAS[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2010/09/21

OTAN 2020 – REFORÇO DA DEFESA COLECTIVA E AFIRMAÇÃO DA SEGURANÇA COOPERATIVA – O MODELO POSSÍVEL, NECESSÁRIO OU DE TRANSIÇÃO?

Rui Ribeiro Vieira[1]

2010/05/18

O RELATÓRIO ALBRIGHT

Alexandre Reis Rodrigues

2010/02/19

TOWARDS A HOLISTIC VIEW OF WARFARE

João Vicente[1]

2010/02/16

DAS “NOVAS CRISES”: BREVES CONTRIBUTOS PARA A SUA CLARIFICAÇÃO CONCEPTUAL

Luís Falcão Escorrega[1]

2010/01/21

O PLANEAMENTO POR CENÁRIOS NUM MUNDO INCERTO

Daniela Siqueira Gomes

2010/01/04

INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA NA ACTUALIDADE - ENTENDIMENTO E APLICAÇÕES[1]

Nanahira de Rabelo e Sant'Anna[2] (Brasil)

2009/05/20

A GEOPOLÍTICA: CIÊNCIA DO CONFLITO NO ESPAÇO DO PODER

António Paulo Duarte[1]

2009/05/03

GEOPOLÍTICA DA GUERRA

Manuel Saraiva

2008/07/17

SEGURANÇA E DEFESA NA ÁREA MEDITERRÂNEA[1](II PARTE)

Victor Mota[2]

2008/07/16

SEGURANÇA E DEFESA NA ÁREA MEDITERRÂNEA[1](I PARTE)

Victor Mota[2]

2008/06/26

SUBVERSÃO E CONTRA-SUBVERSÃO [1]

Francisco Proença Garcia[2]

2008/06/01

A PASSAGEM ÁRTICA DO NOROESTE[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2008/04/14

A IMAGEM DUALISTA SOBRE OS ESTADOS UNIDOS

Gilberto Barros Lima[1] (Brasil)

2008/03/25

O QUE SERÁ A RÚSSIA DE MEDVEDEV?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/03/18

RETERRITORIZAÇÃO UTILIZANDO OS BIOMAS COMO UNIDADES ADMINISTRATIVAS

Fernando Baggio di Sopra[1] (Brasil)

2008/02/19

A IMPORTÂNCIA DA GEOPOLÍTICA DO TERRORISMO[1]

Tiago Alexandre Maurício

2008/02/01

QUE ESPERAR DA CIMEIRA DE BUCARESTE?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/01/06

CRIMINALIDADE ORGANIZADA, TERRORISMO E INTELLIGENCE NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO[1]

Fernando Silva Chambel[2]

2007/12/16

PARA ALÉM DA GUERRA[1]

Sandro Mendonça[2]

2007/12/12

A MELHOR FORMA DE COMEMORAR OS 60 ANOS DA NATO

Alexandre Reis Rodrigues

2007/11/11

WAR IN THE XXI CENTURY[1]

Francisco Proença Garcia

2007/09/30

A GEOPOLÍTICA DA SUSTENTABILIDADE[1]

Irene Maria Nunes[2]

2007/07/02

A IMPORTÂNCIA GEOESTRATÉGICA DA LITUÂNIA

Daniela Siqueira Gomes[i]

2007/06/05

O SUCESSOR DE PUTIN

Alexandre Reis Rodrigues

2007/04/27

POLÍTICA DE DEFESA E INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA: PRIORIDADES PARA UM PAÍS COMO O BRASIL [1]

Fábio Pereira Ribeiro[2]

2007/04/15

SEGURANÇA E DEFESA: UM ÚNICO DOMÍNIO?

Francisco Manuel Gomes[1]

2007/03/24

O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUTIVA (3ª PARTE)

Eduardo Silvestre dos Santos

2007/03/22

O CONCEITO DE GEOPOLÍTICA: UMA APROXIMAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUTIVA (1ª PARTE)

Eduardo Silvestre dos Santos

2007/02/13

A (R)EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO[1]

João Vicente[2]

2007/01/21

OS RECURSOS ENERGÉTICOS DO CAZAQUISTÃO E OS SEUS EFEITOS NO REALINHAMENTO ESTRATÉGICO: UM NOVO GRANDE JOGO?

Hugo Palma[1]

2007/01/20

O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOPOLÍTICAS (III PARTE)

João Brandão Ferreira

2007/01/19

O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOEPOLÍTICAS (II PARTE)

João Brandão Ferreira

2007/01/18

O CERCO DA EUROPA E AS NOVAS REALIDADES GEOPOLÍTICAS (I PARTE)[1]

João Brandão Ferreira

2006/11/23

LAS GUERRAS QUE NOS VIENEN

Miguel Fernández y Fernández [1]

2006/10/26

A CAMINHO DE RIGA, PELO AFGANISTÃO[2]

Miguel Moreira Freire[1]

2006/10/26

A GEOPOLÍTICA DE RATZEL, LA BLACHE E KJELLEN E O ECLODIR DA I GRANDE GUERRA

Hugo Palma[1]

2006/10/19

A UTILIDADE DA FORÇA. A ARTE DA GUERRA NO MUNDO MODERNO[1]

Miguel Moreira Freire

2006/08/13

UM ACORDO DE CESSAR-FOGO SEM DATA MARCADA?

Alexandre Reis Rodrigues

2006/08/07

LÍBANO. AS SAÍDAS DA CRISE

Alexandre Reis Rodrigues

2006/08/02

A ESTRATÉGIA DO HEZBOLLAH NA GUERRA CONTRA ISRAEL

Alexandre Reis Rodrigues

2006/08/01

A ESTRATÉGIA ISRAELITA NO LÍBANO. ACABARAM AS VITÓRIAS RÁPIDAS?

Alexandre Reis Rodrigues

2006/07/30

LA OTAN Y LA TRANSFORMACION[1]

Miguel Fernández y Fernández (Alm. da Marinha de Espanha)

2006/07/18

O FUTURO DA NATO

António Borges de Carvalho

2006/07/17

A CIMEIRA DA NATO EM RIGA

Alexandre Reis Rodrigues

2006/01/03

CONCEITOS E ESTRATÉGIAS. O FIM DO PORTUGAL DO MINHO A TIMOR

João Brandão Ferreira

2005/11/03

A TRANSFORMAÇÃO DOS CONFLITOS ARMADOS E AS FORÇAS RMC

Francisco Proença Garcia

2005/09/23

AS AMEAÇAS TRANSNACIONAIS E A SEGURANÇA DOS ESTADOS

Francisco Proença Garcia

2005/09/23

AS GUERRAS DO TERCEIRO TIPO E A ESTRATÉGIA MILITAR

Francisco Proença Garcia